



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Cerqueira César - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

PLANO DE TRABALHO

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO DO

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.I. 01.008.10.2025

(MACK 0015551)

1. DADOS CADASTRAIS.

1.1. Partícipe TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO (TRF3).

CNPJ: 59.949.362/0001-76

Endereço: Avenida Paulista, 1.842, Torre Sul, Bela Vista

Cidade: São Paulo

Estado (sigla): SP

CEP: 01310-936

Telefone para contato (com código de área): 3012-1483 (AGES)

Esfera administrativa (Federal, Estadual, Municipal): Federal

Nome do representante (signatário): Luis Carlos Hiroki Muta

Cargo/função/título: Desembargador Federal Presidente

Matrícula, ato ou outra informação que permita identificar o representante: eleito para o cargo, biênio 2024-2026, conforme Ata de Julgamento nº 10401034/2023 da 155ª Sessão Plenária Ordinária Administrativa, realizada em 6 de dezembro de 2023, e Termo de Posse lavrado em 01º de março de 2024, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

1.2. Partícipe JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO (JFSP).

CNPJ: 05.445.105/0001-78

Endereço: Rua Peixoto Gomide, 768, Jardim Paulista

Cidade: São Paulo

Estado (sigla): SP

CEP: 01409-903

Esfera administrativa (Federal, Estadual, Municipal): Federal

Nome do representante: Paulo Cesar Conrado

Cargo/função/título: Juiz Federal Diretor do Foro

Matrícula, ato ou outra informação que permita identificar o representante: designado mediante o Ato nº 13.359, de 04 de março de 2024, da Presidência do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região.

1.3. Partícipe JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL (JFMS).

CNPJ: 05.422.922/0001-00

Endereço: Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128, Parque dos Poderes

Cidade: Campo Grande

Estado (sigla): MS

CEP: 79037-102

Esfera Administrativa (Federal, Estadual, Municipal): Federal

Nome do representante: Monique Marchioli Leite

Cargo/função/título: Juíza Federal Diretora do Foro

Matrícula, ato ou outra informação que permita identificar o representante: designada mediante o Ato nº 13.359, de 04 de março de 2024, da Presidência do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região.

1.4. Partícipe INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE (IPM).

CNPJ: 60.967.551/0001-50

Associação Civil Filantrópica

Nome do representante: André Ricardo de Almeida Ribeiro
Cargo/função/título: Diretor Comercial, Inovação e Tecnologia
Nome do representante: Luiz Roberto Martins Rocha
Cargo/função/título: Diretor de Educação e Saúde

1.4.1. Interessada UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (UPM).

Endereço: Rua da Consolação, 896
Cidade: São Paulo
Estado (sigla): SP
CEP:01302-907
Nome do representante: Marco Tullio de Castro Vasconcelos
Cargo/função/título: Reitor

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO.

2.1. Título:

Desenvolvimento de projetos de PD&I (pesquisa, desenvolvimento e inovação) e o compartilhamento de tecnologias e conhecimentos acadêmicos.

2.2. Descrição:

Conjugação de esforços entre os partícipes, a fim de desenvolver projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como o compartilhamento de tecnologias e conhecimentos acadêmicos, por meio de treinamentos, cursos, *hackathons* e visitas técnicas, bem como outras ações de similar natureza nos termos indicados na Cláusula Primeira do Acordo de Cooperação.

3. DIAGNÓSTICO.

3.1. Benefícios esperados:

Garantir a confiabilidade e a segurança da pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como a comunicação entre os partícipes e dos atos decorrentes.

4. JUSTIFICATIVA.

Justificativa para celebração do ACT. A realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como a concretização de projetos tecnológicos, visando desenvolver soluções tecnológicas avançadas para áreas jurídicas e/ou administrativas do Judiciário Federal, promovendo a eficiência e a transparência no sistema judiciário.

Espera-se que o acordo resulte em ferramentas inovadoras, automatizando processos de trabalho e trazendo celeridade na prestação jurisdicional. Além disso, o projeto contribuirá para a formação de recursos humanos altamente qualificados, capacitando estudantes e profissionais na área de tecnologia aplicada ao direito.

O interesse público está diretamente relacionado à melhoria da prestação jurisdicional, proporcionando um acesso mais rápido e eficiente à justiça. Institucionalmente, o TRF3 se beneficiará da modernização de seus processos, enquanto a Universidade fortalecerá sua posição como centro de excelência em pesquisa e inovação tecnológica.

O público-alvo das ações propostas inclui magistrados, servidores do TRF3, estudantes e pesquisadores da Universidade, bem como advogados e demais profissionais do direito. A sociedade em geral também será beneficiada pela maior eficiência e transparência no sistema judiciário.

Observa-se trata de acordo do tipo quadro, visto estabelecer as bases para futuras relações contratuais entre duas ou mais partes. Ele serve como um instrumento flexível, permitindo a adaptação a diferentes situações e necessidades ao longo do tempo. Estabelece, assim, termos e condições gerais para múltiplas contratações futuras. Ele serve como uma estrutura abrangente que define as bases para relações comerciais contínuas, permitindo que as partes envolvidas celebrem contratos específicos e detalhados posteriormente, sem a necessidade de renegociar os termos gerais a cada vez.

Suas principais características são:

- **Flexibilidade:** Permite a adaptação a diferentes situações e necessidades ao longo do tempo.
- **Abrangência:** Pode cobrir uma ampla gama de atividades e áreas de cooperação.
- **Duração:** Geralmente tem um prazo de validade definido, mas pode ser renovado ou prorrogado.
- **Formalização:** É formalizado por meio de um documento escrito, que define os termos e condições gerais da cooperação.

5. OBJETIVOS.

5.1. São objetivos gerais da cooperação:

- Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas: Criar ferramentas inovadoras para a interpretação e análise de dados jurídicos, visando aumentar a eficiência e a precisão dos processos judiciais;
- Promoção da Pesquisa e Inovação: Fomentar a pesquisa acadêmica e o desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas ao direito, contribuindo para o avanço do conhecimento na área;
- Capacitação de Recursos Humanos: Formar e qualificar estudantes e profissionais em tecnologia aplicada ao direito, preparando-os para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e do sistema judiciário.;
- Melhoria da Prestação Jurisdicional: Modernizar os processos do TRF3, proporcionando um acesso mais rápido e eficiente à justiça para a sociedade; e
- Fortalecimento Institucional: Consolidar a posição do TRF3 e da Universidade como instituições de referência em suas respectivas áreas, promovendo a colaboração e o intercâmbio de conhecimentos.

5.2. São objetivos específicos da cooperação:

- Desenvolver Algoritmos de Interpretação Jurídica: Criar e implementar algoritmos avançados para a interpretação automática de textos jurídicos, facilitando a análise de documentos complexos;
- Automatizar Processos Judiciais: Identificar e automatizar processos repetitivos no sistema judiciário, reduzindo o tempo e os recursos necessários para a execução dessas tarefas;
- Capacitar Profissionais e Estudantes: Oferecer programas de treinamento e capacitação para magistrados, servidores, estudantes e pesquisadores, focados em tecnologia aplicada ao direito;
- Realizar Estudos de Caso: Conduzir estudos de caso para avaliar a eficácia das soluções desenvolvidas e identificar áreas de melhoria contínua;
- Promover a Integração de Sistemas: Desenvolver soluções que permitam a integração dos sistemas tecnológicos do TRF3 com outras instituições do sistema de justiça, facilitando o compartilhamento de informações e a colaboração;
- Publicar Resultados e Boas Práticas: Divulgar os resultados das pesquisas e as boas práticas desenvolvidas no âmbito do projeto, contribuindo para o avanço do conhecimento na área de tecnologia jurídica; e
- Monitorar e Avaliar Impactos: Implementar mecanismos de monitoramento e avaliação contínua dos impactos das soluções desenvolvidas, garantindo a sua eficácia e relevância.

6. RESULTADOS ESPERADOS.

- Ferramentas Inovadoras: Desenvolvimento de ferramentas tecnológicas avançadas para a interpretação e análise de dados jurídicos, que automatizem processos e aumentem a eficiência do sistema judiciário.
- Redução de Tempo e Custos: Diminuição do tempo necessário para a análise de documentos jurídicos e redução dos custos operacionais associados a esses processos.
- Capacitação de Profissionais: Formação e qualificação de estudantes e profissionais na área de tecnologia aplicada ao direito, criando uma nova geração de especialistas.
- Melhoria da Prestação de Serviços: Aumento da eficiência e transparência na prestação de serviços judiciais, proporcionando um acesso mais rápido e justo à justiça para a sociedade.
- Publicações Acadêmicas: Produção de artigos científicos e relatórios técnicos que documentem as descobertas e inovações do projeto, contribuindo para o avanço do conhecimento na área.
- Integração de Sistemas: Implementação de soluções que permitam a integração dos sistemas tecnológicos do TRF3 com outras instituições do sistema de justiça, facilitando a colaboração e o compartilhamento de informações.
- Impacto Social Positivo: Benefícios diretos para a sociedade, com um sistema judiciário mais eficiente, transparente e acessível.

7. CRONOGRAMA FÍSICO.



A ausência de datas em um diagrama cíclico de desenvolvimento de software pode ser justificada em virtude dos seguintes aspectos:

Metodologias Ágeis: As datas podem variar a cada iteração, dependendo das prioridades e do progresso da equipe.

Melhoria Contínua: O produto é refinado e aprimorado continuamente com base no feedback dos usuários e nas mudanças nos requisitos. As datas podem ser menos relevantes do que a capacidade de responder rapidamente às mudanças.

Projetos Complexos: Em projetos complexos ou inovadores, é difícil prever com precisão a duração de cada fase. A ausência de datas permite que a equipe se adapte a desafios inesperados e mudanças nos requisitos sem se sentir presa a um cronograma rígido.

Ambientes Dinâmicos: Em ambientes de negócios dinâmicos, os requisitos do software podem mudar rapidamente. A ausência de datas permite que a equipe ajuste o processo de desenvolvimento para acompanhar as mudanças do mercado e as necessidades do Judiciário.

Entrega de Valor: Possibilidade de a equipe pode se concentrar em garantir que cada iteração agregue valor real ao produto.

Redução de Riscos: A ausência de datas pode reduzir a pressão sobre a equipe para cumprir prazos irreais, o que pode levar a decisões apressadas e comprometer a qualidade do software.

Manutenção Contínua: O diagrama representa o ciclo de vida de manutenção de um software, que é um processo contínuo e sem fim definido.

Devido à natureza colaborativa e descentralizada das atividades descritas neste plano de trabalho, a atribuição de responsáveis individuais no cronograma considera-se desnecessária. As atividades serão realizadas de forma conjunta e coordenada por todas as partes envolvidas e a flexibilidade do cronograma permitirá a adaptação às necessidades e recursos disponíveis, garantindo a concretização das atividades.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Tullio De Castro Vasconcelos**, **Usuário Externo**, em 18/06/2025, às 07:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE RICARDO DE ALMEIDA RIBEIRO**, **Usuário Externo**, em 27/06/2025, às 08:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Roberto Martins Rocha**, **Usuário Externo**, em 09/09/2025, às 08:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Marchioli Leite**, **Diretora do Foro da SJMS**, em 09/09/2025, às 16:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar Conrado**, **Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo**, em 15/09/2025, às 15:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Carlos Hiroki Muta**, **Desembargador Federal Presidente**, em 19/09/2025, às 11:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **12061096** e o código CRC **70B2B78F**.